



ORIGINAL
ORIGINAL

Editora

Renata Baesso e Patrícia Samora

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Recebido

13 fev. 2023

Reapresentado

22 jul. 2024

Aprovado

9 ago. 2024

Os dois lados da moeda: renovação e preservação no Plano Diretor de Curitiba (1966)

The two sides of the coin: renovation and preservation in the Curitiba Master Plan (1966)

Elizabeth Amorim de Castro¹ , Maria da Graça Rodrigues dos Santos² 

¹ Universidade Federal do Paraná, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Laboratório de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo. Curitiba, PR, Bras.

² Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade. Feira de Santana, BA, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: mgrsantos@uefs.br

Como citar este artigo/How to cite this article: Castro, E. A.; Santos, M. G. R. Os dois lados da moeda: renovação e preservação no Plano Diretor de Curitiba (1966). *Oculum Ensaios*, v. 21, e247432, 2024. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v21e2024a7432>

Resumo

Este artigo tem como objetivo desfazer a dicotomia entre preservar e renovar, analisando o Plano Diretor de Curitiba de 1966, que dentre seus objetivos estabeleceu Políticas de Renovação Urbana e de Preservação e Revitalização dos Setores Históricos Tradicionais para o seu centro antigo. Tem como pressuposto, em uma perspectiva contemporânea, que o desenvolvimento urbano e a preservação do patrimônio são fatores indissociáveis na gestão das cidades e, neste sentido, busca evidenciar como renovar e preservar foram abordados no Plano de Curitiba, nos anos 1970. A metodologia adotada privilegia o exame de documentos originais, buscando entender como as diretrizes dessas políticas se efetivaram no espaço urbano. Neste sentido, são analisados aqui duas áreas do centro antigo da cidade – a Travessa Nestor de Castro e a Rua XV de Novembro – pelo protagonismo de ambas nas ações de transformação do centro e por exemplificarem a interpretação das duas políticas, avaliando perdas e avanços.

Palavras-chave: Centro antigo. Curitiba. Rua XV de Novembro. Setor Histórico. Travessa Nestor de Castro.

Abstract

This text aims to bridge the gap between preservation and renewal by analyzing Curitiba's 1966 Master Plan, which established Urban Renewal policies and the Preservation and Revitalization of Traditional Historic Sectors for its old center. From a contemporary perspective, it posits that urban development and heritage preservation are inseparable factors in city management. The text seeks to highlight how these aspects were addressed in Curitiba's Plan during the 1970s. The methodology focuses on examining original documents to understand how the guidelines of these policies were implemented in the urban space. In this context, two areas of the city's old center are analyzed – the Nestor de Castro Passage and XV de Novembro Street – due to their significance in the center's transformation and their representation of the interplay between renewal and preservation, assessing both losses and advances.

Keywords: Old center. Curitiba. XV de Novembro Street. Historic Sector. Nestor de Castro Passage.



Introdução

A partir de 1966, com a aprovação do Plano Diretor de Curitiba (PDC) e com as novas diretrizes de desenvolvimento linear, originalmente propostas no Plano Preliminar de Urbanismo (PPU), de Jorge Wilhelm (Curitiba, 1965, 1966b), o desenvolvimento urbano adquiriu um caráter mais pragmático e o transporte assumiu um papel de destaque nas decisões sobre o destino da cidade, tendo sido adotado, neste sentido, o tripé sistema viário, uso de solo e transporte público. Em paralelo, foram realizadas ações, na década de 1970, que repercutiram na sua área central.

Considerando tal contexto, o propósito deste artigo é analisar princípios das políticas de renovação urbana e de preservação implantadas no PDC e sua materialização no centro antigo da cidade. Para isso, o texto se estrutura com a descrição e o estudo das diretrizes básicas desse Plano relacionadas com os temas da preservação e da renovação urbana, e com breve contextualização histórica do período, para esclarecer as decisões tomadas na sua concepção e implantação. Em seguida, são analisados dois espaços do centro antigo que foram transformados em decorrência da implementação de tais diretrizes e onde as mudanças promoveram maior impacto no ambiente físico e no patrimônio edificado: a Travessa Nestor de Castro e a Rua XV de Novembro. Os exemplos evidenciam os resultados do convívio da dicotomia renovação e preservação no espaço urbano local.

O presente estudo norteia-se pelo entendimento de que desenvolvimento urbano e preservação do patrimônio são fatores indissociáveis na gestão das cidades na atualidade, questão que vem sendo defendida por outros autores (Santos, 2018, 2020), voltados a análises e busca de soluções para recuperação da vitalidade das áreas antigas das cidades. Neste sentido, demonstra como os temas renovação e preservação podem ser interpretados como ações complementares, num propósito de desenvolvimento urbano, tendo como base documentos e recomendações internacionais. O resultado desse debate é utilizado, em seguida, no estudo das diretrizes do PDC que se referem às políticas de preservação e renovação e se materializaram nas áreas selecionadas.

Renovação e preservação a título de esclarecimento

A análise sobre as duas áreas de Curitiba selecionadas neste estudo e a interpretação acerca dos benefícios e prejuízos da renovação e da preservação, conforme proposto, requerem uma definição prévia sobre o significado de cada uma dessas ações.

Já há algum tempo, buscam-se termos que possam definir especificamente as intervenções nas áreas históricas das cidades, de modo a avaliar com mais precisão seus efeitos positivos e negativos. A intenção de renovar e de preservar traz na bagagem uma série de conceitos, que foram se somando no rol das interpretações. A renovação urbana é de mais fácil compreensão e há quase um consenso entre estudiosos da área sobre suas características e caráter de destruição do patrimônio arquitetônico e urbano, ainda que na perspectiva adotada neste estudo, os efeitos da renovação urbana podem ser relativizados.

Observa-se na Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada (1995, art. 1, a, p. 1) que a Renovação Urbana é uma:

[...] ação que implica a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua consequente substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações (construídas seguindo tipologias arquitectónicas contemporâneas), atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área.

Santos (2020) corrobora com essa definição, mas alerta sobre perdas em trechos determinados das cidades.

[...] a renovação está associada com ações que visam a transformação completa do território, e tem como base de referência as transformações promovidas por George Haussmann em Paris. As demolições e substituições ao modo da renovação urbana trazem como pressuposto o desinteresse ou desconhecimento do patrimônio cultural edificado. Podem se dar na transformação de um bairro inteiro ou mesmo de uma edificação de grande porte, cuja perda desfaz significados importantes presentes (Santos, 2020, p. 60).

Sem discordar das duas definições acima, discute-se neste estudo a possibilidade de tirar partido dos propósitos da renovação e considerá-la como parte de um mesmo conjunto, que envolve as ideias de renovar e de preservar.

A preservação, sem dúvida, tem sentido mais amplo e abrange a proteção do patrimônio cultural geral, que requer uma série de instrumentos de salvaguarda, dentre os quais se incluem a conservação e a definição de leis e normativas para sua efetivação. Dessa forma, a preservação está definida na Carta de Veneza (1964) como questão principal no que concerne ao reconhecimento do patrimônio comum da humanidade e como medida fundamental para sua transmissão às futuras gerações. Com tal intuito, o documento discute os instrumentos da conservação e da restauração, envolvendo o patrimônio edificado, desde o edifício até as áreas urbanas.

Em termos de patrimônio urbano, o Compromisso de Salvador (1971) visa textualmente a “Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil” e com tal objetivo, faz uma série de recomendações, (entre as quais a criação do Ministério da Cultura, a criação de legislação complementar, para proteção de conjuntos paisagísticos e urbanos, além de outras de caráter administrativo e financeiro). É interessante observar nesse documento que a preocupação da preservação vem atrelada ao desenvolvimento do turismo, o que pode significar um certo avanço em relação à ideia tradicional sobre preservação que levava simplesmente ao congelamento das áreas históricas. No mesmo sentido, o Compromisso de Brasília, de 1970, que se refere ao uso dos imóveis antigos como centros culturais (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1970), abre a perspectiva de pensar o patrimônio edificado como elemento ativo da cidade contemporânea.

Avançando na questão que a preservação pode abranger elementos da renovação, sem prejuízo para as áreas antigas, conforme pressupostos aqui estabelecidos, traz-se o pensamento de Gustavo Giovanoni (Kuhl, 2014), de 1930, encontrado na Carta do Restauo (1972). A preservação de um determinado núcleo urbano só ocorre quando é reconhecida a necessidade de perda de algumas unidades, o que garantiria a renovação da área, ou sua integração à cidade contemporânea. Nesse mesmo sentido, o documento de 1972, em seu anexo D, esclarece que, para garantir a salvaguarda de um núcleo histórico, faz-se necessária uma reorganização da área, com ações coordenadas que “[...] subtraíam funções que não serão compatíveis com sua recuperação em termos de saneamento e de conservação” (Carta do Restauo, 1972, p. 16). Em outro parágrafo, refere-se ao saneamento de conservação, que deve ser entendido como “[...] a manutenção das estruturas viárias e edificações em geral”, o que inclui a “[...] manutenção do traçado, conservação da rede viária, de perímetro das edificações etc.”. Contudo, no processo de salvaguarda, a Carta considera excepcionalmente as substituições, ainda que parciais, dos elementos, e apenas na medida em que sejam compatíveis com a conservação do caráter geral das estruturas do centro histórico (Carta do Restauo, 1972, p. 17). Para garantir resultados mais efetivos, distingue três tipos de intervenção: a Intervenção

Urbanística, o Reordenamento Viário e a Revisão dos Equipamentos Urbanos. Dessas, interessa neste trabalho a primeira que se refere à:

[...] reestruturação das relações existentes entre centro histórico e desenvolvimentos urbanístico e edílico contemporâneos, principalmente a partir do ponto de vista funcional e, particularmente, com referência às compatibilidades de funções diretoras (Carta do Restauro, 1972, p. 18).

Curitiba e a transformação dos modelos

No início dos anos 1960, Curitiba atravessava problemas que levaram o prefeito Ivo Arzua Pereira (1962-1966) a afirmar que a cidade sofria uma “degeneração urbana”, com inundações cada vez maiores e mais frequentes, engarrafamentos constantes na área central, causados pelo aumento do número de veículos; além de poluição, loteamentos e construções clandestinos (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 1966).

Naquele período, o centro da cidade abrigava as principais atividades comerciais e de serviços, concentrando, em 1965, 50% do total de empregos da cidade (Curitiba, 1965). O seu processo de verticalização, acentuado nos anos 1950, vinha contribuindo para aumentar a circulação de veículos na área, causando engarrafamentos e acidentes. O trânsito era considerado o grande problema da cidade (Trânsito [...], 1961).

Outro fato simultâneo aos outros dois era a transformação de edificações antigas da área central em cortiços. Havia, em 1962, 100 famílias vivendo em condições precárias nas proximidades das ruas XV de Novembro, Barão do Rio Branco e Marechal Deodoro, entre outras (Back, 1962). No entanto, havia o reconhecimento de que, com recursos escassos, tais encaminhamentos buscavam uma redução ou atenuação dos problemas existentes que persistiam e estavam ainda orientados pelas diretrizes estabelecidas no Plano Agache, relativos a saneamento, descongestionamento do tráfego e criação de órgãos funcionais. Diante desse quadro, uma série de medidas fizeram-se necessárias, dando início a um processo de mudanças, que levaria à aprovação do Plano Diretor de 1966. Arzua iniciou seu mandato, em 1962, com o compromisso de reavaliar o Plano Agache, vigente desde 1943, que já vinha sendo considerado ultrapassado (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 1989). Havia sido realizada uma revisão na década anterior, que resultou em propostas e ações pontuais de readequação, sobretudo viárias (Curitiba, 1955; Garcez, 2006). Entre elas, constava o alargamento de ruas centrais importantes, como a XV de Novembro e as Marechais Deodoro e Floriano. No entanto, havia o reconhecimento de que, com recursos escassos, tais encaminhamentos buscavam uma redução ou atenuação dos problemas existentes – que persistiam – e estavam ainda orientados pelas diretrizes estabelecidas no Plano Agache, relativos a saneamento, descongestionamento do tráfego e criação de órgãos funcionais.

Frente a isso, técnicos municipais apresentaram propostas para construção de um viaduto, a Via Expressa Marechal Floriano, que ligaria as praças Tiradentes e Carlos Gomes (Pista [...], 1966). Para realizar essa obra, a Prefeitura solicitou recursos à CODEPAR, que preferiu propor o financiamento de um Plano Diretor para a cidade, impondo algumas exigências para a sua elaboração, que incluíam: o levantamento das potencialidades e carências de cidade; a definição de um regulamento baseado nesse levantamento; a realização de um concurso para a elaboração do plano preliminar de urbanismo; a discussão das propostas apresentadas; e, finalmente, a redação do plano diretor, com sua conseqüente promulgação (Dudeque, 2011).

Após uma concorrência nacional, a Sociedade SERETE de Estudos e Projetos Ltda. e o escritório de arquitetura Jorge Wilhelm ficaram com o encargo de desenvolver, em 1965, o PPU.

Em seu diagnóstico houve a constatação de expressivo crescimento demográfico e territorial desordenado e caracterizado por uma ocupação de baixa densidade populacional, o que dificultava a presença de equipamentos e serviços públicos na totalidade do município (Curitiba, 1965).

Em relação à área central, o PPU reafirmava os problemas de congestionamento ocasionados pela concentração de atividades comerciais e de serviços e pelo excessivo número de veículos; e apontava para a necessidade de estruturação do sistema viário e do transporte coletivo, que impunham a passagem obrigatória pelo centro nos deslocamentos diametrais. Identificava ainda a “ameaça” de “abafamento e descaracterização” da área central, fatos que acarretariam a perda de sua principal característica: ser o lócus da “convivência dos curitibanos” ou ainda o seu “tradicional ponto de encontro”, conforme indicado no Plano. O documento também constatou a carência de “símbolos citadinos”, apontando a possibilidade de “um uso mais total e característico da Rua XV de Novembro, além de um maior enriquecimento de sua vida recreativa e cultural” (Curitiba, 1965, p. 128-129).

É possível afirmar que nas duas questões acima, que apontam problemas e soluções relativas ao trânsito e transporte, por um lado, e à definição de símbolo citadino, por outro, esteja o germe da preocupação de renovar e preservar.

Preservação e renovação urbana em Curitiba

Em 1966 foi aprovado o PDC e entre suas diretrizes básicas constavam as políticas de Renovação Urbana e de Preservação e Revitalização dos Setores Históricos-Tradicionais. A primeira tinha em seus objetivos ações que buscavam a transformação da área e incluíam o restabelecimento dos usos originais das edificações ali localizadas; a recuperação das “edificações decadentes”, ou sua erradicação no caso da “inconveniência da recuperação”; alteração no padrão de parcelamento dos lotes e alteração nas ruas, para garantir o bom uso da área. Completava, determinando a necessidade de utilizar terrenos não aproveitados em correspondência com as necessidades sociais da comunidade, ampliar ou melhorar edificações de baixo custo possibilitando a instalação de equipamento e obras complementares” (Curitiba, 1966b). A Política de Preservação, por sua vez, visava “[...] resguardar os valores históricos e urbanos de determinadas áreas” e em seus objetivos encontravam-se ações de manutenção das características arquitetônicas das edificações e urbanas das áreas a que pertencem, bem como o incentivo ao uso e ao desenvolvimento de atividades “compatíveis” com o incremento ao turismo. Com tal propósito, foram propostas: a fixação de uma escala urbana de uma época, no caso, o eclecismo; a garantia, na medida do possível, da preservação das características originais das edificações e dos logradouros, quanto a alargamentos, tratamentos dos passeios e leito das ruas; a recuperação de edificações características de determinada época, destinando-as a usos adequados; a orientação e incentivo nesses setores, de usos e atividades compatíveis com suas características; e o incremento do turismo (Curitiba, 1966b).

As ações que se seguiram à implementação do Plano Diretor buscavam garantir a modernização da cidade e a solução dos problemas detectados anteriormente. No centro antigo ficaram mais evidentes aquelas voltadas à preservação do patrimônio, mas, a própria reestruturação da cidade no sistema linear, em substituição ao modelo anterior, significou uma Renovação Urbana de grande vulto, que provocou impactos consideráveis.

Inicialmente, a Política de Preservação e Revitalização dos Setores Históricos Tradicionais promoveu a delimitação e institucionalização do Setor Histórico, o SH (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, 1970; Curitiba, 1971), incidindo em trecho do centro antigo que

ainda não se verticalizara e abrigava um conjunto de edificações de períodos diversos, significativas da cultura local e regional. Vale ressaltar que nessa delimitação do Setor Histórico foram desconsideradas áreas históricas importantes da criação da cidade, como a Rua XV de Novembro, bem como áreas representativas da expansão e modernização de finais do século XIX, como a Rua Barão do Rio Branco, conforme apontam Castro e Santos (2021) em texto que trata sobre a preservação do eixo Barão-Riachuelo em Curitiba.

Para o Setor Histórico foram transferidas instituições culturais e turísticas, como os museus Paranaense e de Arte Sacra, bem como alocadas atividades culturais como a popular Feira de Artesanato de domingo, um dos principais eventos turísticos da cidade. Também se destacaram no período a reciclagem de edificações antigas abandonadas, para usos culturais, sob a responsabilidade do município (Castro; Santos, 2021).

Em paralelo, a prefeitura dava sequência à implementação do PDC que envolvia, além da preservação, ações relacionadas com a renovação urbana, enfatizando as mudanças no sistema viário, entre as quais a articulação de vias de ligação entre os eixos estruturais, recém propostos, que deveriam acolher o trânsito que tangenciava o centro principal; e a definição de ruas, praças e alamedas de uso preferencial ou exclusivo de pedestres (Curitiba, 1966b).

Nesse contexto, as intervenções ocorridas na Travessa Nestor de Castro e na Rua XV de Novembro foram exemplares para a análise das ações de renovação e preservação no centro antigo (Figura 1).

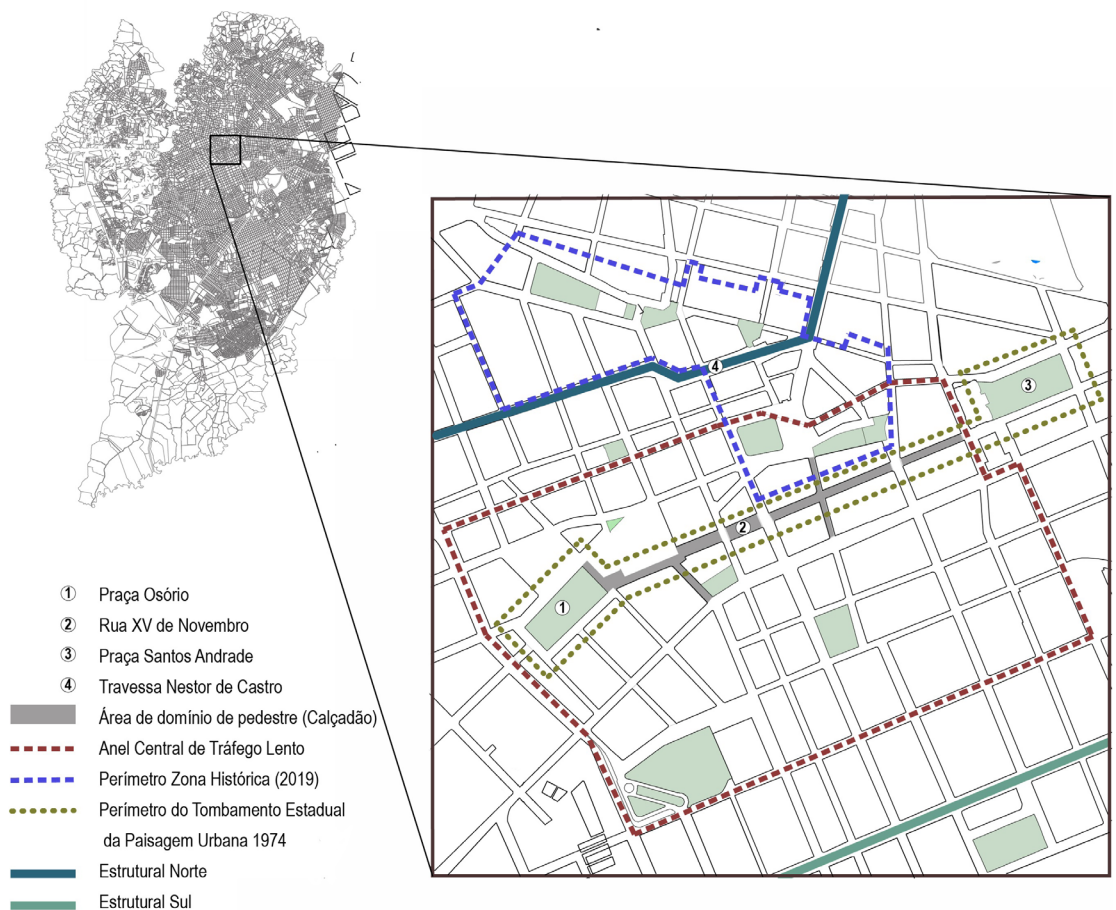


Figura 1 – Planta de Curitiba com a localização da Travessa Nestor de Castro e da Rua XV de Novembro.

Fonte: Base Cadastral Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, editado pelas autoras, 2022.

A Travessa Nestor de Castro é um trecho do sistema viário da malha antiga de Curitiba, alterado sob a prerrogativa de articulação do sistema trinário³, resultante da implantação dos eixos estruturais⁴. A antiga travessa era uma pequena via que interligava a Rua José Bonifácio com a Rua do Rosário e foi alterada no início dos anos 1970, para permitir a conexão da Rua Barão do Cerro Azul, com a Rua Augusto Stelfeld. Para configurá-la nos moldes atuais, com 17 metros de largura, houve destruição e divisão de duas quadras inteiras do centro antigo, deixando como resultado a fragmentação desse tecido urbano e a derrubada de várias edificações (Figura 2) (Aqui as obras [...], 1973, p. 3).

1966 1972



IMAGEM AÉREA

DADOS TÉCNICOS:

Cobertura aérea:
Faixa: 06 Foto: 08
Data da tomada da foto: 1966
Responsável Técnico: DSG
Contratante: PM CURITIBA

Fonte:
Acervo IPPUC
Data: Abril - 2016
Imagem ilustrativa sem escala

IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA
SUPERVISÃO DE INFORMAÇÕES SETOR DE GEOPROCESSAMENTO
IPPUC Rua Bom Jesus, 669 - Cabral - Curitiba - Paraná - CEP 80.035-010 - Fone: (55 41) 3253-1414 - Fax (55 41) 3254-8961 - E-mail: ippuc@ippuc.org.br



IMAGEM AÉREA

DADOS TÉCNICOS:

Cobertura aérea:
Faixa: 12 Foto: 218
Data da tomada da foto: agosto / 1972
Responsável Técnico: EOEIG MAER
Contratante: IPPUC / PM CURITIBA

Fonte:
Acervo IPPUC
Data: Abril / 2016
Imagem sem escala

IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA
SUPERVISÃO DE INFORMAÇÕES SETOR DE GEOPROCESSAMENTO
IPPUC Rua Bom Jesus, 669 - Cabral - Curitiba - Paraná - CEP 80.035-010 - Fone: (55 41) 3250-1414 - Fax (55 41) 3254-8961 - E-mail: ippuc@ippuc.org.br

Figura 2 – Travessa Nestor de Castro nos anos 1966 e 1972, com indicação do seu novo traçado (linha amarela). A imagem à esquerda mostra o tecido urbano do centro antigo ainda íntegro e a direita, o início das demolições.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

A nova via, inaugurada em 1973, determinou outras duas intervenções. Uma delas, para garantir um fluxo contínuo e separado de veículos, foi a construção de um viaduto de 170m de extensão e 12m de largura no cruzamento das alamedas Dr. Muricy e Augusto Stelfeld, com rebaixamento desta última (Aqui as obras [...], 1973; Prosseguem as obras [...], 1972), extensão da nova via. A outra, justificada pela intensidade do fluxo de veículos, foi a construção da Galeria Júlio Moreira, uma passagem subterrânea para pedestres, ligando a Rua José Bonifácio com o Largo da

³ Conforme explica Rischbieter (1990) o sistema trinário se comporia de uma via central, para transporte coletivo e tráfego lento, e duas vias laterais, de tráfego rápido, em sentidos opostos.

⁴ Definição dada às vias principais do sistema delineado por Jorge Wilheim.

Ordem, inaugurada em 1976 (Na primavera [...], 1976), sob a travessa Nestor de Castro, de modo a possibilitar a continuidade de percurso de pedestres no centro antigo que foi esgarçado com as intervenções.

A população aceitava esse clima de mudanças e não parecia preocupada com o grau da intervenção na área histórica. Nas notícias veiculadas chegavam mesmo a afirmar que a solução adotada não afetaria o setor histórico (Figura 2):

o setor histórico-tradicional da cidade não será atingido pela Estrutural Norte e o pequeno desvio em seu traçado objetiva exatamente a preservação daquela importante área da Capital. Nenhum prédio relacionado no estudo do setor histórico será atingido, pois o planejamento foi bastante minucioso e exigiu cuidados especiais (Desapropriações [...], 1971, p. 5).

A um só tempo ocorreram a criação e delimitação do Setor Histórico e a ampliação e alargamento da Travessa Nestor de Castro, que o subdividia. Com isso, o perímetro do SH foi definido já considerando o Eixo Estrutural Norte, que nascia com a “chancela” de antigo⁵. Posteriormente, a engenheira Francisca Rischbieter, integrante da equipe técnica de implementação do PDC, reconheceu a perda causada pelas ações de renovação.

Houve uma porção de coisas boas e uma porção de ruins, porque nós, Prefeitura, estragamos todo o centro histórico da cidade, com a passagem daquela ligação com a Augusto Stelfeld. Foi meio criminoso aquilo, feito ali, mas também decorreu da falta de vivência. Poderia ter havido outro jeito [...]. (Rischbieter, 1990, p. 6).

Mas, à parte tal arrependimento, o “estrago” causado não foi revertido e a divisão do centro antigo permaneceu evidente. Passados quase cinquenta anos, a Travessa Nestor de Castro atualmente abriga um pequeno terminal de ônibus numa das laterais e, na outra, uma estação tubo e uma parada de taxis (Figura 3). Sua configuração e o seu papel no sistema viário geral acabaram impedindo o desenvolvimento de áreas de interesse e de encontro na rua, que poderiam, senão apagar, amenizar a grande ruptura que a intervenção provocou. Isso decorre do modo como ocorreu sua transformação, que destruiu sem critérios muitas edificações, o que impossibilitou, em grande parte, a preservação de edificações voltadas para ela; e da sua grande largura e intenso fluxo de veículos, que não favorecem a travessia de pedestres. Trata-se, pois, de um exemplo bem-sucedido da política de renovação urbana dos anos 1970 – que permanece garantindo boa fluidez do tráfego na região – ao mesmo tempo que representa a face mais perversa da destruição do patrimônio edificado da cidade, materializando uma política seletiva de preservação, subordinada às demandas do Sistema Viário, protagonista da cidade naquela década. Além do esgarçamento da malha antiga, o lugar carece de urbanidade. As pessoas que por ali transitam, estão apenas se dirigindo a outros pontos da cidade.

No extremo oposto da urbanidade situa-se a Rua XV de Novembro que, apesar de problemas decorrentes da decadência da área central, permanece como referência para a população local, que a utiliza para comprar, conversar e circular. Tal característica vinha sendo ameaçada pela excessiva presença de automóveis e pela degradação crescente desde a década de 1950, fatos que justificaram um tratamento especial dessa rua nas propostas do PPU e na implantação do PDC (Lerner, 1977).

Em 1970, o jornal Diário do Paraná afirmava que, além do crescimento demográfico e da falta de moradias, a falta de espaço para pedestres, na área central da cidade, havia se tornado um grande problema.

⁵ Alusão ao fato de estar nos limites do setor histórico e, portanto, protegido de alterações.

Na quase totalidade das ruas desta zona da Capital, onde a passagem é obrigatória, por aí se localizarem a maioria das lojas e casas bancárias, caminhar pelas vias públicas vem se tornando uma tarefa cada vez mais difícil (Pedestres [...], 1970, p. 10).

Na matéria constam as vias que seriam destinadas ao tráfego de pedestres: a Av. Luis Xavier e Rua XV de Novembro; trechos das ruas Ermelino de Leão, Ébano Pereira, Dr. Murici e Monsenhor Celso; e “[...] toda área compreendida pelas praças Tiradentes e Generoso Marques” (Pedestres [...], 1970, p. 10), que seria transformada em ponto de “encontro” da população (das pessoas, característica que vinha sendo ameaçada pela excessiva presença de automóveis e a degradação da área central) (Lerner, 1977).

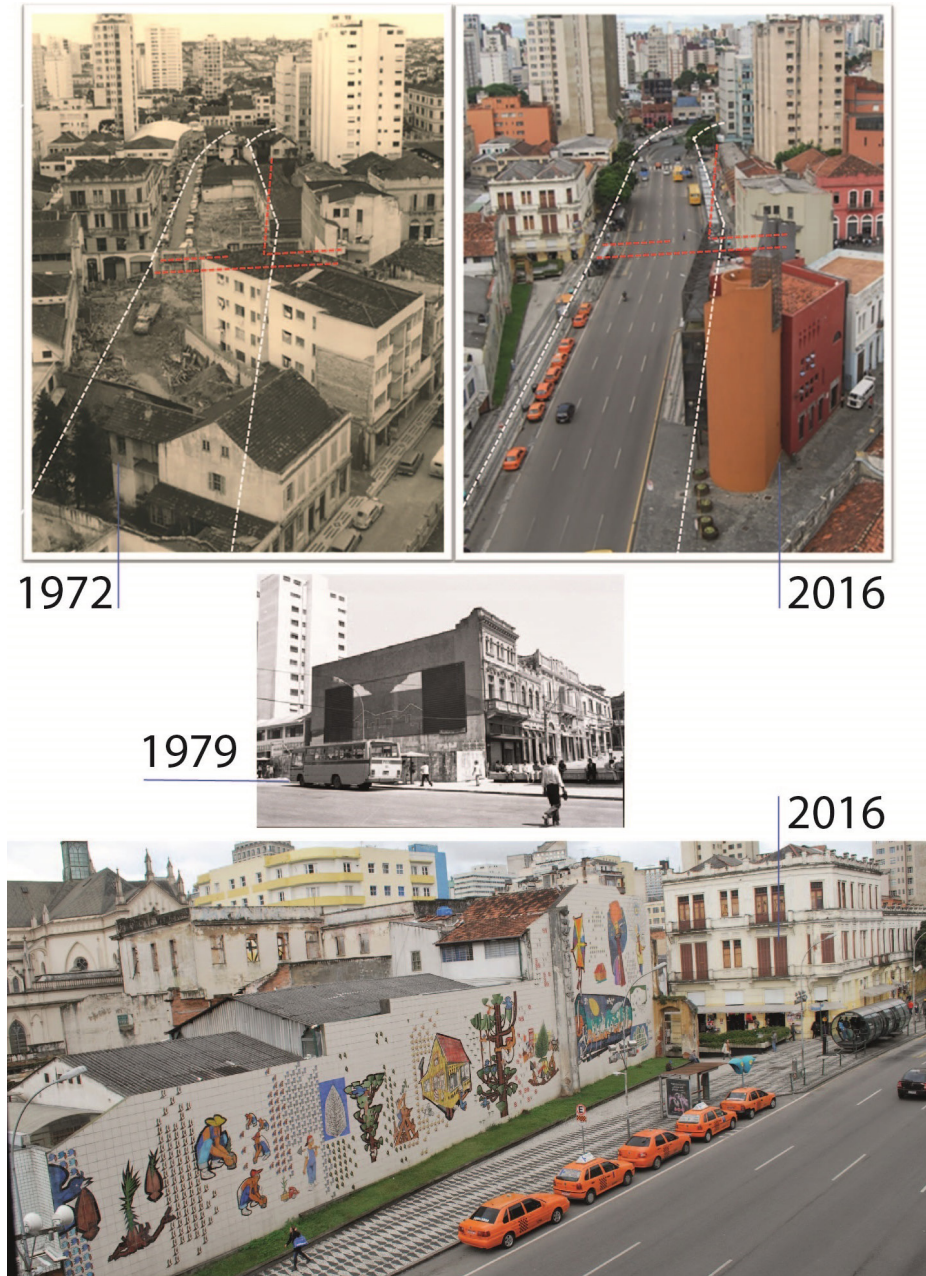


Figura 3 – Travessa Nestor de Castro. Em 1972, as obras de prolongamento e alargamento com a indicação dos trechos e construções a serem demolidas. Em 1979 e 2016, imagens das edificações remanescentes e do aspecto árido da via.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

A implantação do ponto de encontro impôs a reformulação do Sistema Viário e a criação dos Eixos Estruturais, que evitou o intenso tráfego de passagem pela área central e, principalmente, pela Rua XV de Novembro e adjacências. Outra medida, proposta em 1972, foi a delimitação do Anel Central de Tráfego Lento que impôs uma área com diminuição de velocidade de veículos, nas imediações da Rua XV de Novembro. Uma terceira, que complementou as duas primeiras, referiu-se à implantação de vias de uso preferencial ou exclusivo de pedestres, dentre as quais a Rua XV de Novembro foi a mais importante. Com isso, buscou-se ressaltar aquelas características diferenciadas e devolver à população o ponto de encontro mais tradicional da cidade.

Tais ações estavam inseridas na Política de Renovação do PDC e foram detalhadas no Decreto 2.391/1966, que tinha como objetivos “[...] restabelecer os usos originais das edificações” ou “[...] dar-lhes destinação adequada” e “[...] recuperar as edificações decadentes ou erradicá-las quando evidenciada a inconveniência da recuperação”. Como justificativas, o decreto apresentou a importância que o eixo Avenida Luiz Xavier-Rua XV de Novembro assumiria no novo Plano “como ponto de concentração de atividades de interação social” e “[...] a valorização adquirida com as recentes obras de urbanização realizadas” nessas vias (Curitiba, 1966a, p. 1). Não estava sendo considerada a Política de Preservação nesse conjunto de ações.

Em 1972, o prefeito Jaime Lerner estabeleceu a pedestrianização da Rua XV de Novembro. Além do fechamento do leito da rua, a área conhecida como calçadão foi arborizada e ganhou um mobiliário urbano exclusivo – bancos, luminárias e quiosques – desenhados pelo arquiteto Abraão Assad. Uma matéria publicada naquele ano afirmou que “o projeto da nova Rua XV tem origem num princípio urbanístico moderno segundo o qual o homem deve ter uso pleno do espaço urbano” (Rua das Flores [...], 1972). A nova paisagem foi marcada pelos desenhos dos símbolos identitários do Paraná, como o pinhão e a araucária, impressos nas calçadas de pedra portuguesa, o *petit pavê*; pelos postes modernos recriando a composição das araucárias; pelas bancas de revista em estrutura metálica; e pelos espaços de convívio cobertos com cúpulas de acrílico roxo, bem ao gosto da estética dos 70 (Figura 4); além de floreiras em madeira, distribuídas em todo o trecho, que resgatava a memória da antiga Rua das Flores⁶. Dessa forma, completava-se o objetivo de devolver à população o seu ponto de encontro, uma das diretrizes do Plano Preliminar de Urbanismo. Segundo Jorge Wilhelm (1985, p. 12), o objetivo da ação foi “[...] confirmar a importância do centro histórico, como ponto de encontro, transformando trecho da principal via (a Rua XV) em calçadão para pedestres estendendo a pedestrianização a praças contínuas”.

A composição, que transformava a paisagem urbana no trecho que envolvia a Praça Osório, a Avenida Luís Xavier, a Rua XV de Novembro, até a Praça Santos Andrade, foi tombada pelo Estado em 1974 (Figura 5) (Paraná, 1974). No processo constavam três objetivos: preservação de uma obra pioneira de arquitetura e urbanismo, o calçadão, com as estruturas de animação; despoluição visual de cartazes e placas nas edificações do trecho; e controle de mudanças bruscas em fachadas e prédios novos que colidissem violentamente com o conjunto (Paraná, 1974).

Há uma referência específica de proteção à experiência pioneira no Brasil de transformação da via em calçadão e da inserção de mobiliário urbano exclusivo, assim como a intenção de impedir alterações na referida nova paisagem, que mesclava o recém implantado calçadão, um significativo número de edifícios de múltiplos andares, erguidos após 1940, e muitas edificações datadas entre 1890 e 1940. Neste sentido e considerando ser a Rua XV de Novembro a via mais importante da cidade, as edificações existentes, além de seu valor histórico, materializavam o processo de urbanização percorrido desde o século XIX. Apesar dessa condição, a via não foi incluída no Setor

⁶ Denominação da rua já existente em 1854, quando Curitiba tornara-se Capital da Província (Dezenove [...], 1854).



Figura 4 - Rua XV de Novembro, década 1970. Nova paisagem da rua, após criação do calçamento.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.



Figura 5 - Mapa representativo do tombamento da Rua XV de Novembro, (s. d), com indicação do eixo de proteção, dos limites do Setor Histórico, dos bens tombados, praças localizadas nas imediações e a demarcação dos imóveis com testada voltada para Rua XV de Novembro.

Fonte: Patrimônio Cultural Paraná (<https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>).

Histórico e foi objeto de Renovação Urbana. Assim, a preservação imposta pelo tombamento recaiu sobre a nova paisagem construída em 1972, sendo o conjunto edificado, incluindo o antigo localizado nessa rua, um suporte da paisagem. Comprova-se tal afirmação pela simplificada relação das edificações no processo.

A importância patrimonial do conjunto edificado da Rua XV de Novembro, entre outros, foi reconhecida cinco anos depois de seu tombamento, com a promulgação do Decreto 1.547/1979 que criou o Setor Especial de Unidades de Interesse de Preservação (UIP), constituído por edificações que, de alguma forma, pudessem concorrer significativamente para marcar as tradições e a memória da cidade. A norma buscava estancar o processo de abandono e substituição desses imóveis e criar mecanismos para a sua preservação, recuperação e revitalização de duas formas: a primeira impedindo a sua derrubada e a segunda abrindo a possibilidade de serem estabelecidos incentivos fiscais para as intervenções. Ali constavam 586 registros, dos quais 44 localizavam-se ao longo do eixo tombado (Curitiba, 1979). Esse Decreto, que estabeleceu as UIP e promoveu a proteção do patrimônio, privilegiou as edificações isoladamente e não mais os conjuntos urbanos, como ocorreu na legislação de proteção do Setor Histórico. A única exceção, foi o denominado registro 474, que indicava um trecho da Rua XV – entre as ruas Barão do Rio Branco e Presidente Farias. Novamente, não foi feito inventário das edificações.

O impacto positivo da iniciativa deu confiança e visibilidade à administração Lerner e a nova paisagem da Rua XV de Novembro possibilitou sua transformação, de ponto de encontro de moradores a cartão postal.

Considerações Finais

A partir dos pontos apresentados e analisados no texto é possível extrair algumas conclusões a respeito das políticas de Renovação Urbana e de Preservação e Revitalização, que podem auxiliar na compreensão do estágio atual do patrimônio edificado localizado no centro antigo de Curitiba.

Três pontos merecem algumas complementações, a título de conclusão: a não inclusão nos limites do Setor Histórico, de áreas antigas importantes do surgimento e desenvolvimento da cidade como capital, em meados do século XIX; a ênfase dada ao sistema viário no processo de planejamento, definido no Plano Diretor de 1966; e, por último, a falta de um estudo mais aprofundado na instrução do processo de tombamento da rua, que ocorreu em 1974.

No que se refere aos limites do Setor Histórico, percebe-se que os técnicos e gestores imbuídos da possibilidade de modernização de Curitiba e animados frente à aprovação de grande parte da população para com as propostas que vinham sendo implementadas, comprometeram a memória da cidade, não apenas na delimitação do Setor Histórico, mas no modo de gestão e ações subsequentes. O Plano de Revitalização de 1971 sublinhou a área entre a Praça Garibaldi e o Largo da Ordem como histórica, contribuindo para o posterior esquecimento de outros trechos do centro tão importantes no processo de formação e desenvolvimento da cidade.

Sobre a ênfase no sistema viário, a descrição da intervenção na antiga Travessa Nestor de Castro é exemplar das consequências advindas da ânsia de progresso, questão que a *mea culpa* de Rischbieter deixou clara. Passadas quase cinco décadas, a área ainda expõe a fratura ocorrida, que painéis artísticos e cenários não recompõem a história, nem a dinâmica perdida.

Sobre a falta de estudos, aqui evidenciada no processo de instrução do tombamento da Rua XV de Novembro, os objetivos elencados no citado Decreto suscitam alguns questionamentos. A proposta de restabelecimento dos usos originais das edificações e a “recuperação” delas requeriam

um conhecimento aprofundado sobre os imóveis, o que não existia na época. Apesar da Carta de Atenas, de 1931, já indicar a necessidade de o poder público realizar o inventário de seus bens, nada foi feito nesse sentido em Curitiba. Soma-se a isso o fato que a “erradicação” de edificações sem possibilidade de “recuperação” exigiria o estabelecimento de critérios para a seleção desses imóveis, que deveriam estar embasados em inventários e na classificação de cada um. Sem tais elementos, a recuperação indicada incidiria apenas sobre fachadas, evidenciando a superficialidade da intenção de preservação.

Por fim observa-se nos pontos elencados que as ações fizeram parte de um processo de “refazimento” da área histórica da cidade. Na medida que eram destruídas memórias reais, paisagens foram sendo moldadas para compor o cenário da cidade modelo de planejamento urbano.

Referências

- Aqui as obras que Curitiba vai ganhar no seu aniversário. *Diário da Tarde*, 22 mar. 1973.
- Back, S. Curitiba do avesso. Os subterrâneos do silêncio. *Panorama*, ano XII, n. 117, 1962.
- Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada. In: *Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana*, 1., Lisboa, 1995. Disponível em: <https://culturanorte.gov.pt/wp>. Acesso em: 20 maio 2022.
- Carta de Veneza. II Congresso Internacional de Monumentos Históricos. Veneza, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- Castro, E. A; Santos, M. G. R. Trajetória da preservação do patrimônio cultural em Curitiba. Um relato de inovações, avanços e simplificações. *Vitruvius*, ano 22, n. 254.07, 2021. Arqtextos. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/22.254/8206>. Acesso em: 10 maio 2022.
- Carta do Restauro. *Ministério de Instrução Pública*. Itália, 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- Compromisso de Salvador. *2º Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil*. Brasília, 1971. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- Curitiba. *Lei 1.165*. Autoriza modificações no Plano Agache. Curitiba: Câmara Municipal, 1955.
- Curitiba. Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba. Curitiba: IPPUC, 1965.
- Curitiba. *Decreto 2.391*. Aprova o projeto de Renovação da Rua XV. Curitiba: Câmara Municipal, 1966a.
- Curitiba. *Lei 2.828*. Institui o Plano Diretor e aprova suas Diretrizes Básicas. Curitiba: Câmara Municipal, 1966b.
- Curitiba. *Decreto 1.160*. Dispõe sobre o setor histórico. Curitiba Câmara Municipal, 1971.
- Curitiba. *Decreto 1.547*. Cria o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação. Curitiba: Câmara Municipal, 1979.
- Desapropriações estão com estudos concluídos. *Diário da Tarde*, Curitiba, 14 jul. 1971.
- Dezenove de dezembro. Curitiba, 1 abr. 1854.
- Dudeque, I. T. *Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba*. São Paulo: Nobel, 2011.
- Garcez, L. A. *Curitiba Evolução Urbana*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006.
- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. *Plano Diretor de Curitiba*. Processo 91 e Projeto de Lei 72. Curitiba: IPPUC, 1966.
- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. *Plano de Revitalização do Setor Histórico*. Curitiba: IPPUC, 1970.
- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Ivo Arzuá – Depoimento. *Memória de Curitiba Urbana*, v. 1, 1989.

Kuhl, B. *Gustavo Giovannoni, textos escolhidos*. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2014.

Lerner, J. *A cidade: cenário de encontro*. Curitiba: IPPUC, 1977.

Na primavera Curitiba ganha um teatro. *Diário do Paraná*, Curitiba, 19 ago. 1976.

Paraná. Secretaria da Cultura. Coordenação do Patrimônio Cultural. *Processo de Tombamento nº45*. Paisagem urbana do trecho Praça Osório, Avenida Luís Xavier, Rua XV de Novembro e Praça Santos Andrade. Curitiba: Secretaria da Cultura, 1974.

Pedestres pedem passagem, espaço já é problema hoje. *Diário do Paraná*, Curitiba, 27 set. 1970.

Pista elevada ligará Tiradentes à C. Gomes. *Diário da Tarde*, Curitiba, 11 fev. 1966.

Prosseguem as obras da nova trincheira. *Diário do Paraná*, Curitiba, 7 jul. 1972.

Rischbieter, F. Depoimento. *Memória de Curitiba Urbana*, v. 3, p.3-10, 1990.

Rua das Flores. DIA 3. *Diário do Paraná*, Curitiba, 24 maio 1972.

Santos, A. *Reabilitação urbana e a sustentabilidade das cidades*. Porto: Vida Econômica, 2018.

Santos, M. G. R. *Rebouças, um bairro em três tempos*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2020. Relatório de Conclusão de Pós-Doutorado em Geografia.

Trânsito: problema da capital. *Diário da Tarde*, Curitiba, 28 nov. 1961.

Wilhelm, J. Espaços e palavras. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura*. São Paulo: Projetos Editores Associados, 1985. n. 15.

Colaboradores

E. A. Castro e M. G. R. Santos foram igualmente responsáveis pela conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, supervisão, validação, visualização, escrita – rascunho original, e escrita – revisão e edição.